



## Estadísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2021

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, apresenta a nona edição da publicação *Estadísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo*<sup>1</sup>, com resultados para o setor institucional governo geral, composto pelo governo central, Estados e Municípios. Esta edição mantém a sistemática adotada a partir de 2019, quando os resultados publicados passaram a ter como referência o ano imediatamente anterior ao da divulgação. Neste volume, são disponibilizados os resultados de 2021.

As estatísticas ora divulgadas mantêm o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e do IBGE para fins de aprimoramento das contas do setor governo. Este estudo é realizado por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e da definição de parâmetros para produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando não só à compatibilização conceitual de tais fontes, como à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados.

O objetivo principal deste estudo é o de fornecer uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas de acordo com o *Government finance statistics manual 2014*, GFSM 2014, publicado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), e a Conta Intermediária de Go-

verno, que segue as recomendações do manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, da Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission - UNSD), destacando as similaridades e as diferenças entre os dois sistemas estatísticos. Simultaneamente, o estudo propicia também uma visão intermediária das contas do setor institucional governo geral, que compõe o Sistema de Contas Nacionais - SCN, divulgado anualmente pelo IBGE.

Este estudo mantém a estrutura analítica das edições anteriores, assim como os seus referenciais metodológicos e de fontes, cujas informações estão expressas no documento de **Notas técnicas**, que acompanha este informativo. Ao longo das edições, diversos aprimoramentos metodológicos foram sendo incorporados ao estudo. Desde a publicação referente ao exercício de 2019, as bases passaram a incorporar dados da Matriz de Saldos Contábeis, da Secretaria do Tesouro Nacional, tanto para a esfera estadual como municipal, que permitem maior detalhamento das contas de receita e despesa dessas esferas de governo. De forma complementar, informações dos portais de transparência desses entes também foram utilizadas.

Os resultados apresentados nesta publicação, cabe destacar, não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como o Resultado do Tesouro Nacional, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e as estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central do Brasil, os quais observam aspectos metodológicos específicos<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2018, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo. Outras informações sobre o estudo encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/financas-publicas/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html?edicao=32273&t=o-que-e>.

<sup>2</sup> Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Comparativo entre as estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional - RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do *Government finance statistics manual - 2014* (GFSM 2014). Brasília, DF, 29 abr. 2021. 25 p. Nota metodológica n. 2. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>. Acesso em: out. 2022.

## Principais resultados

Os resultados das finanças públicas em 2021 apresentaram evolução em comparação aos do ano anterior, quando sofreram forte influência dos impactos na economia devido à pandemia de COVID-19 e das medidas adotadas pelos governos para seu enfrentamento. A Necessidade de Financiamento Líquida do governo geral registrada nas Estatísticas de Finanças Públicas foi de R\$ 201,5 bilhões, o que representa uma queda de 77,5% em relação ao resultado de 2020. Esse resultado reflete principalmente o crescimento de 25,8% da receita total frente ao aumento de 1,8% dos gastos computados nos três níveis de governo.

O comportamento da receita se deve à variação positiva de todos os seus componentes: receita de impostos cresceu 28,2%; contribuições sociais, 12,1%; e outras receitas, 43,9%. Em relação

aos impostos, todos os itens apresentaram elevação, com destaque para impostos sobre comércio e transações internacionais (35,7%), impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital (32,6%) e impostos sobre bens e serviços (27,2%). Impostos sobre a propriedade cresceram 17,8%, enquanto impostos sobre a folha de pagamentos aumentaram 12,7% em 2021.

No caso dos impostos sobre o comércio e transações internacionais, a elevação da arrecadação se relaciona ao aumento de 38,2% no valor em dólar das importações. Em relação aos impostos sobre a renda, o destaque fica para os crescimentos de 71,2% na arrecadação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e 45,4% na arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, explicados tanto por incrementos nas arrecadações mensais, trimestrais e do lucro presumido quanto por recolhimentos atípicos, que totalizaram R\$ 40,0 bilhões no ano de 2021.

## Demonstrativo de finanças públicas (milhões R\$)

Demonstrativo de Operações - Governo Geral	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
<b>1 Receita</b>	<b>2 463 355</b>	<b>1 167 841</b>	<b>861 554</b>	<b>(-) 849 025</b>	<b>3 643 726</b>
1.1 Impostos	1 274 017	748 887	178 178	0	2 201 082
1.2 Contribuições sociais	756 515	96 353	41 646	0	894 513
1.3 Transferências / Doações	617	225 114	593 269	(-) 818 984	15
1.4 Outras receitas	432 205	97 488	48 462	(-) 30 040	548 116
1.4.1 Juros	211 601	5 037	12 186	(-) 30 040	198 783
1.4.2 Demais	220 604	92 452	36 276	0	349 332
<b>2M Despesa (2+3.1)</b>	<b>2 836 573</b>	<b>1 084 913</b>	<b>772 728</b>	<b>(-) 849 025</b>	<b>3 845 189</b>
<b>2 Gasto</b>	<b>2 865 309</b>	<b>1 085 133</b>	<b>773 322</b>	<b>(-) 849 025</b>	<b>3 874 740</b>
2.1 Remuneração de empregados	309 990	367 605	355 957	0	1 033 553
2.2 Uso de bens e serviços	66 526	146 926	232 271	0	445 723
2.3 Consumo de capital fixo	42 532	50 437	48 900	0	141 869
2.4 Juros	589 623	36 973	5 427	(-) 30 040	601 983
2.5 Subsídios	12 234	1 105	1 207	0	14 546
2.6 Transferências / Doações	597 579	222 028	4 575	(-) 818 984	5 198
2.7 Benefícios previdenciários e assistenciais	1 193 407	208 018	66 294	0	1 467 719
2.8 Outros gastos	53 417	52 041	58 692	0	164 150
3.1 Investimento líquido	(-) 28 737	(-) 220	(-) 594	0	(-) 29 551
3.1.1 Ativos fixos	(-) 22 161	(-) 338	(-) 1 169	0	(-) 23 668
3.1.2 Estoques	1 248	118	577	0	1 942
3.1.3 Objetos de valor	28	0	0	0	28
3.1.4 Ativos não produzidos	(-) 7 852	0	(-) 2	0	(-) 7 854
<b>Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2M)</b>	<b>(-) 373 218</b>	<b>82 929</b>	<b>88 826</b>	<b>0</b>	<b>(-) 201 463</b>
<b>Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))</b>	<b>4 804</b>	<b>114 865</b>	<b>82 068</b>	<b>0</b>	<b>201 736</b>

Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

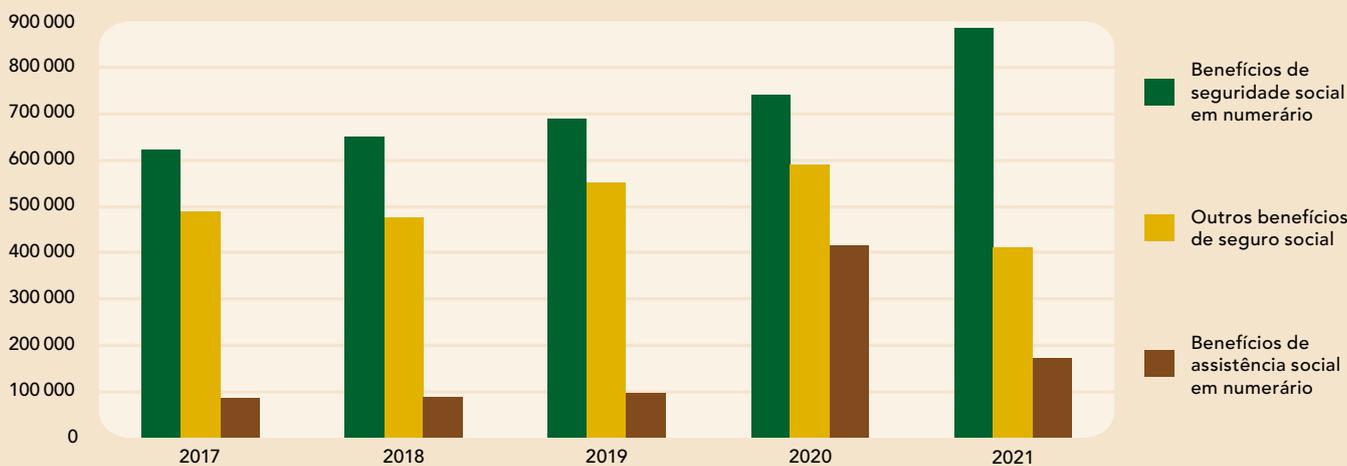
Nota: Informações metodológicas estão disponíveis nas **Notas técnicas** desta publicação.

Outras fontes com peso significativo na composição das receitas totais tiveram influência no seu crescimento, dentre as quais se destacam as rendas patrimoniais, que tiveram aumento de 85,3% no período. Esse resultado se deveu à elevação das receitas com juros (54,5%) e ao forte aumento da arrecadação de dividendos (384,2%), em razão de resultados financeiros positivos obtidos por empresas estatais federais, e da arrecadação de concessões de ativos não produzidos (99,1%), oriunda em maior parte dos royalties de participação especial pela produção de petróleo em plataforma na esfera federal e de privatizações na esfera estadual, com maior

destaque para o leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE-RJ.

Pelo lado dos gastos, nas Estatísticas de Finanças Públicas, a queda de 15,7% no pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais foi a principal razão para o crescimento de apenas 1,8% dos gastos e, conseqüentemente, para a redução da Necessidade de Financiamento Líquida em relação a 2020. As remunerações tiveram elevação de 5,5% e as despesas com bens e serviços também apresentaram crescimento (13,7%). As despesas com juros, com subsídios e outros gastos também aumentaram 38,7%, 6,4% e 37,4%, respectivamente.

### Benefícios sociais, por transação (milhões R\$)

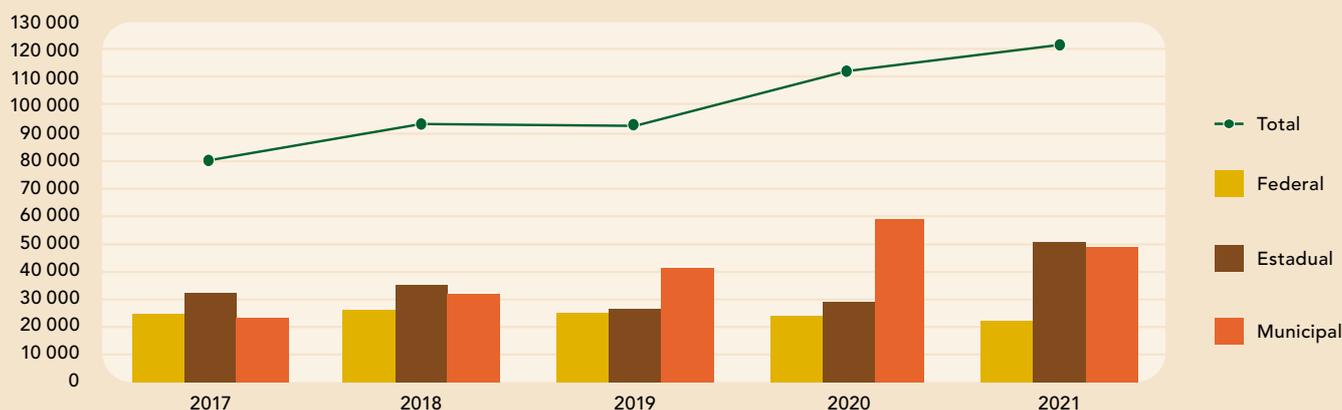


Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil

A redução dos gastos com benefícios sociais se deveu ao seu aumento excepcional em 2020, tendo em vista que essa categoria concentrou parte expressiva dos recursos destinados ao enfrentamento dos efeitos da pandemia do novo coronavírus, com destaque para o auxílio emergencial e o benefício emergencial de manu-

tenção do emprego e da renda. Com isso, a categoria dos benefícios de assistência social da classificação da Conta Intermediária de Governo, que registrou um total de gasto de R\$ 414,9 bilhões em 2020, apresentou variação negativa de 58,8% em 2021, com total de gasto de R\$ 171,0 bilhões.

### Formação bruta de capital fixo, total e por esfera de governo (milhões R\$)



Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

A formação bruta de capital fixo, captada na Conta Intermediária de Governo, que segue as orientações do SNA 2008, passou de cerca de R\$ 112,6 bilhões para R\$ 121,2 bilhões, um crescimento nominal de 7,6%. Esse aumento foi influenciado pelos investimentos realizados pelos governos estaduais, que apresentaram elevação de 73,0%, seguindo a tendência de aumento de 8,6% observada no exercício anterior. Os governos municipais, que impulsionaram a formação bruta nos dois anos anteriores com aumentos de 28,3% em 2019 e 44,3%

em 2020, reverteram a trajetória de crescimento em 2021 e apresentaram queda de 17,8%. O governo federal voltou a registrar queda nos investimentos em 2021, que foram reduzidos em 8,4%, frente a uma queda de 3,0% em 2020.

O valor adicionado do governo geral, medido como uma primeira aproximação a partir da Conta Intermediária de Governo, permite uma avaliação da sua contribuição para o cálculo do Produto Interno Bruto - PIB pela ótica da oferta no SCN e sua composição entre as esferas de governo. Em

2021, o valor adicionado do governo geral registrado na Conta Intermediária de Governo foi de R\$ 1,2 trilhão, com um aumento nominal de 7,1% frente ao ano de 2020. Houve um crescimento em todas as esferas: 3,9% na federal, 9,7% na estadual e 7,5% na municipal. Com esse comportamento, a esfera federal perdeu 1,0 ponto percentual (p.p.) de participação no total do valor adicionado do setor, passando de 31,0% para 30,0%, enquanto os governos estaduais e municipais elevaram suas participações em 0,8 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente. ■

## Participação das esferas de governo no Valor Adicionado Bruto do Governo Geral (%)



Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

### Expediente

#### Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,  
Coordenação de Contas  
Nacionais

#### Normalização textual

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Sistematização de  
Conteúdos Informacionais

#### Projeto gráfico

Centro de Documentação  
e Disseminação de Informações,  
Gerência de Editoração

#### Imagens fotográficas

Freepik  
Makoto Suzuzi - Flickr

#### Impressão

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,  
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) 0800-721-8181

(21) 97385-8685



**IBGE**

### Links



Tabelas de  
resultados,  
notas técnicas  
e demais  
informações  
sobre a  
pesquisa

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html>